

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.685 - RJ (2019/0018372-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : SERGIO DA SILVA GARCIA (PRESO)
ADVOGADO : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA - RJ138841
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto em favor de SERGIO DA SILVA GARCIA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos capitulados no art. 33, **caput** e art. 40, IV e V, ambos da Lei n. 11.343/2006, art. 2º, § 2º e 4º, II, da Lei n. 12.850/13, e art. 1º, da Lei n. 9.613/98 e art. 12, **caput**, da Lei n. 10.826/03, na forma do art. 69 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal **a quo**, visando à revogação da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem manifestou-se pela improcedência do pedido, nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS - PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 33. CAPUT. C/C 40, IV E V, AMBOS DA LEI 11.343/06, ART. 2º, §2º E 4º, II, DA LEI 12.850/13 E ART. 1º. DA LEI 9.613/98 E ART. 12. CAPUT. DA LEI 10.826/03. NA FORMA DO ART. 69. DO CP - ALEGA O IMPETRANTE A INÉPCIA DA DENÚNCIA, BEM COMO A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ADUZ AINDA A DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. AFIRMA POR FIM RESTAR VIOLADO O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PUGNA PELA REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA- IMPOSSIBILIDADE - QUESTÕES DE MÉRITO SUSCITADAS PELA IMPETRAÇÃO QUE NÃO SÃO APRECIADAS NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS,- DENÚNCIA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41, DO CPP. - FUMUS COMISSI DELICTI QUE DECORRE DOS ELEMENTOS QUE SE APRESENTAVAM NOS AUTOS, MORMENTE, A TRANSCRIÇÃO DAS CONVERSAS TELEFÔNICAS

INTERCEPTA- DAS. SOMA DAS PENAS REFERENTES AOS DELITOS IMPUTADOS AO PACIENTE SOBEJA O PATAMAR DE 4 ANOS DE RECLUSÃO, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 313, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM PÚBLICA QUE DEVE SER ASSEGURADA, VISANDO IMPEDIR A REITERAÇÃO DELITIVA, RESTANDO ASSIM PRESENTE O PERICULUM IN LIBERTATIS. NECESSIDADE DA RESTRIÇÃO À LIBERDADE QUE TAMBÉM SE FAZ PRESENTE, UMA VEZ QUE AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS PRESENTES NO ART. 319, DO CPP, POR ORA, NÃO SE PRESTAM AO RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO PREVENTIVA QUE NÃO SE MOSTRA INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, EIS QUE A CUSTÓDIA CAUTELAR É BASEADA EM JUÍZO DE PERICULOSIDADE E NÃO DE CULPABILIDADE- CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO" (fls. 94-95).

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega a defesa a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou a segregação cautelar do recorrente.

Alega, ainda, inépcia da denúncia, asseverando, nesse sentido, que: *"da forma como oferecida a denúncia, o Recorrente vê claramente cerceado seu direito de defesa. Nota-se que o Douto Promotor de Justiça limitou-se a transcrever algumas conversas supostamente travadas por Sérgio, deixando de indicar a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, conforme determina o artigo 41 do CPP" (fl. 129).*

Defende que, no caso, não estão presentes os indícios de autoria e materialidade das condutas imputadas ao recorrente.

Requer, ao final, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do ora recorrente, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 2983-2984.

As informações foram prestadas às fls. 2990-3001.

O Ministério Público Federal, às fls. 3003-3007, manifestou-se

pela manutenção da decisão impugnada.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não comporta conhecimento, pois se trata, na verdade, de evidente **reiteração de pedido**, uma vez que a **quaestio** suscitada já foi objeto de apreciação por esta Corte no **writ n. 486.326/RJ**, de minha relatoria, julgado pela Quinta turma, em 26/02/2019, cuja ementa segue transcrita:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. PRESENÇA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REDUZIR A ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Exclso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.

II - A alegação da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva demanda revolvimento fático-probatório, não sendo possível a análise na via estreita do writ.

III - A denúncia que contem a "exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas" (art. 41 do CPP) é apta a iniciar a persecução criminal, como se verifica no presente caso.

IV - Segundo firme jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do in dubio pro societate.

V - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vido artigo 312 do Código de Processo Penal.

VI - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a imperiosidade da prisão para garantia da ordem pública, notadamente pelo fato de que o paciente teria, em tese, "se associado, de maneira estável, para a prática do nefasto comércio ilícito de entorpecentes nesta Comarca e em outras localidades da região, vindo a constituir, assim, uma verdadeira organização criminosa com forte atuação no ramo da narcotráfica".

VII - "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VIII - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

liabeas Corpus não conhecido" (HC 486.326/RJ, fls. 1560-1561).

Sobre a impossibilidade de conhecimento do **habeas corpus** e de seu respectivo recurso ordinário quando configurada reiteração de pedidos, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O recurso ordinário traz pedido idêntico ao formulado no HC 393.851/BA e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia no Habeas Corpus n. 0023373-89.2016.8.05.0000. Referida impetração teve seu mérito julgado em maio do corrente ano.

2. Diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento do recurso ordinário.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 84.693/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 16/08/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR. NECESSIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. MATÉRIA PREJUDICADA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. INDEFERIMENTO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DENÚNCIA. DECISÃO DE RECEBIMENTO E AFASTAMENTO DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. Resta impedido o exame quanto a temas já decididos nos autos de habeas corpus anteriormente impetrados, por se tratar de mera reiteração de pedidos.

[...]

8. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 84.050/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 16/08/2017)

Ante o exposto, não conheço do presente recurso.

P. I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator